



Arrendamento e modos de extinção ação declarativa, executiva e procedimento especial de despejo

O tema do arrendamento exige o conhecimento de diversa e vasta legislação, cuja aplicação vai variar de acordo com o momento da celebração do contrato de arrendamento.

Tendo em conta a importância jurídica e social da matéria sobre arrendamento urbano torna-se imprescindível dar resposta às diversas questões decorrentes das alterações ao regime substantivo e adjetivo a aplicar nestes casos.

Com efeito, face à atual situação económica, são cada vez mais os profissionais, designadamente, os Solicitadores chamados a resolver questões e litígios relacionados com o contrato de arrendamento e sua extinção.

Considerando as necessidades destes profissionais a Câmara dos Solicitadores disponibiliza esta ação de formação aos **Solicitadores**, de forma a habilitá-los a prestar informações jurídicas bem como identificar os diversos meios processuais adequados à resolução das diversas questões que neste âmbito se colocam.

Objetivo geral:

No final da formação os formandos deverão conhecer as garantias gerais da cessação do arrendamento urbano.

Objetivos específicos:

Os formandos deverão ter capacidade de:

- a) Identificar a sua própria competência para prestar a informação jurídica;
- b) Caracterizar a situação jurídica
- c) Conhecer a norma jurídica aplicável.
- d) Definir a solução jurídica adequada.

Formadoras

Cláudia Boloto
Vanda Porto

Valor

20 Euros (NIB: 0033 0000 45249064886 05)

Datas e Locais:

Vários locais: consulte a página: www.solicitador.net/formacao-continua

Conteúdos Programáticos

1. A celebração do contrato de arrendamento urbano;
 - a) Cláusulas contratuais pertinentes à extinção do contrato;
 - b) Forma e formalidades necessárias à posterior constituição do título ;
2. A ação executiva para pagamento de quantia certa;
3. A extinção do contrato de arrendamento: causas;
 - a) A caducidade;
 - b) A revogação;
 - c) A resolução;
 - d) A denúncia;
4. Formas de concretizar a extinção do contrato de arrendamento urbano;
 - a) A ação declarativa de processo comum com forma única;
 - b) A ação executiva para entrega de coisa certa;
 - c) Em especial, o procedimento especial de despejo.
 - i. Os títulos executivos extrajudiciais no NRAU para a entrega do locado;
 - ii. Comunicações: formalidades;
 - iii. Finalidades do procedimento especial de despejo;
 - iv. Estrutura do procedimento e tramitação processual.

INSCRIÇÕES
(40 vagas por local)